



Financiado pela
União Europeia



Relatório de resultados e melhores práticas

Rodadas de Negócios para Cidades ClimAction 2023



Índice

03 Informações gerais

06 A rodada de negócios em número

Participantes

Projetos

10 Resultados e desdobramentos do evento

Apresentação de bons projetos e valiosas avaliações

Assertividade para as instituições financeiras na atração de projetos

Criação de importantes conexões

13 Melhores práticas para elaboração de projetos municipais em busca de financiamento

Estruturação do projeto: geral

Estruturação do projeto: aspectos financeiros

Busca por financiamento

19 Estudo de caso

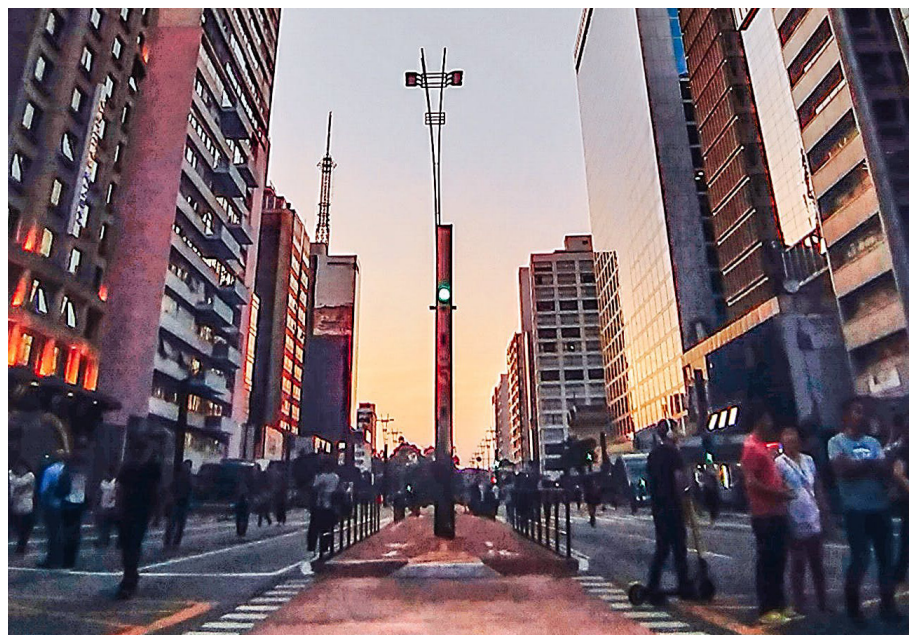
20 Considerações finais



Informações gerais

No dia 10 de outubro de 2023, o CDP Latin America e a Climate Ventures realizaram o ClimAction, evento que tem como objetivo encontrar soluções para os desafios climáticos e incentivar ações para uma economia sustentável, assim como a troca de experiências entre municípios e instituições financiadoras ou empresas com tecnologias que podem ser oferecidas aos municípios brasileiros. A Rodada de Negócios para Cidades foi uma das atividades do ClimAction, realizada em parceria com o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia na América Latina (GCoM) e financiada pela União Europeia. O GCoM Americas apoia a realização dos objetivos políticos da UE em áreas como mudança climática e projeção externa do Pacto Verde. Essa publicação é resultado da experiência de Matchmaking entre cidades brasileiras e instituições financeiras para municípios e tem o objetivo de dar orientações de investidores para cidades, ampliando assim benefícios e conhecimento voltado à produção e criação de projetos em busca de financiamento climático local.

Estiveram presentes nove municípios, onde cada um apresentou seus projetos climáticos a empresas, bancos de desenvolvimento, instituições financeiras e de desenvolvimento de projetos nacionais e internacionais, que forneceram feedbacks de modo a torná-los mais atrativos às propostas de financiamento. O evento promoveu diálogos entre os representantes municipais e as instituições convidadas, com o intuito de articular oportunidades de colaboração.



A Rodada de negócios do ClimAction na mídia



Maior evento de negócios pelo clima do Brasil teve a participação da Prefeitura de São Paulo



São Leopoldo apresenta projeto de mobilidade no maior evento de negócios pelo clima do país



CLIMACTION 2023: O Pacto Global de Prefeitos Lidera a Conexão de Cidades com Financiamento de Negócios



Projeto sobre drenagem sustentável do Impup é destaque no ClimaAction 23

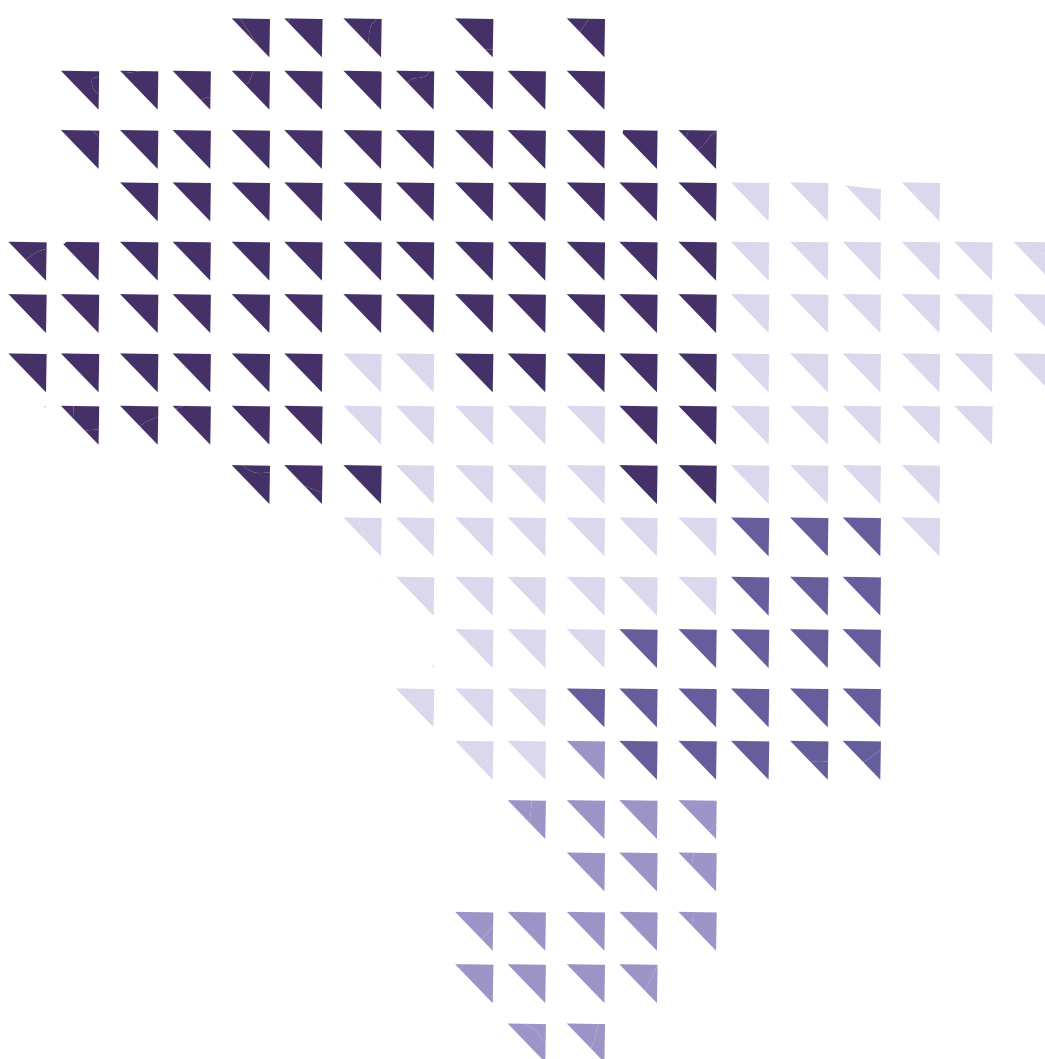
Fotografias



A rodada de negócios em números

Participantes

3 Regiões **9** Cidades **13** Instituições avaliadoras



- Região Norte (1 cidade)
- Região Sul (3 cidades)
- Região Sudeste (5 cidades)

Organizações avaliadoras



**CONSULATE GENERAL
OF DENMARK**
Sao Paulo



**BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE**



FONPLATA
Banco de Desenvolvimento



DESENVOLVE SP
A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR



City Climate
Finance Gap Fund



MEZZEGRA
Green Energy



WRI BRASIL



PELO IMPACTO DO INVESTIMENTO SOCIAL

**instituto
VOTORANTIM**

Fundação
GrupoBoticário

Rede FISC

Rede para Financiamento de
Infraestrutura Sustentável em Cidades

Prefeituras



**PREFEITURA DE
PALMAS**



CURITIBA



**PREFEITURA DE
CAMPINAS**



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE GUARULHOS/SP**



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS/SP**



**Prefeitura de
Porto Alegre**



**PREFEITURA
DE SÃO LEOPOLDO**

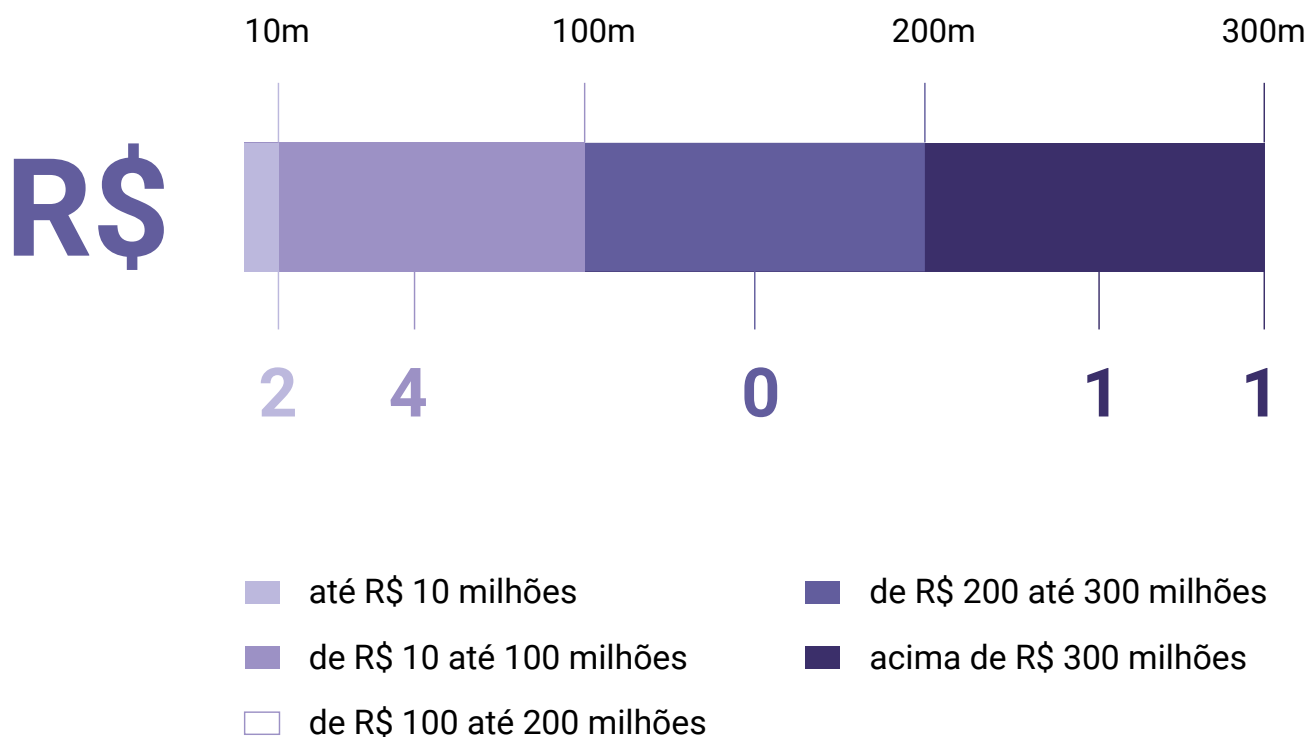


**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE FRANCISCO MORATO/SP**

Projetos





Projetos de adaptação



Projetos de mitigação



Projetos de mitigação
e adaptação



Avaliação de
Pré-viabilidade
/impacto



Pós implementação



Escopo



Estruturação



2

Projetos em negociação
prévia de financiamento
ou com financiamento parcial

7

Projetos em busca do
primeiro financiamento

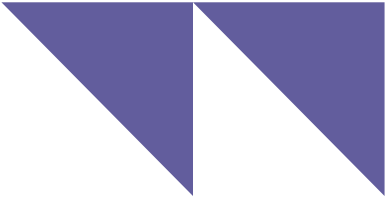


O CDP selecionou todos os projetos a serem apresentados na Rodada de Negócios a partir dos projetos reportados pelos municípios na plataforma CDP-ICLEI Track em 2023. A plataforma de reporte de dados climáticos CDP-ICLEI Track é um questionário anual que auxilia o governo a diagnosticar, mapear e monitorar ações e políticas climáticas, colaborando também para a transparência e governança municipal.

Na seção de planejamento, os municípios são convidados a divulgar projetos que impactam positivamente o clima e que estejam buscando financiamento parcial ou total para serem concretizados. O CDP-ICLEI Track está alinhado com iniciativas globais como Race to Zero, Pacto Global de Prefeitos para o Clima e Energia, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Metas Baseadas na Ciência. Para saber mais sobre a iniciativa, [visite o site global do CDP](https://www.cdp.net) (disponível apenas em inglês).

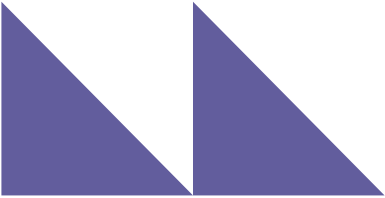
Resultados e desdobramentos do evento

Citações



“Evento maravilhoso e uma experiência incrível. Ótima oportunidade para apresentar um projeto que estava engavetado e trazer visibilidade para o município.”
- representante do município de Palmas, TO

“Evento necessário para impulsionar os projetos reportados pelos municípios na plataforma, sendo coerente com a ideia do CDP. Uma excelente oportunidade para as cidades que se dedicam para reportar os dados.”
- representante do município de Curitiba, PR



“O evento é de alto valor para as instituições multilaterais, pois eleva a assertividade para a atração de bons projetos ao longo do tempo.” - representante da empresa europeia Mezzegra

“Evento excelente, bem-organizado e com boa estrutura. Uma ótima oportunidade para a criação de conexões”
- representante do Banco de Desenvolvimento Fonplata

Apresentação de bons projetos e valiosas avaliações

Os projetos municipais foram bastante elogiados pelas instituições da banca avaliadora. Segundo as instituições, os casos apresentados pelas cidades estavam objetivos e padronizados, e a média das apresentações demonstrou um bom nível de maturidade e preparo. Foi mencionado também que o envio de um modelo para padronizar as apresentações foi fundamental para melhor desenvolvimento do evento.

Já as cidades elogiaram o alto nível da banca avaliadora, e a possibilidade de agregar aos seus projetos maior maturidade e visibilidade, elevando seu potencial de financiamento. A participação neste tipo de iniciativa também permite que as cidades desenvolvam a habilidade de apresentar os esforços de suas gestões.

Assertividade para as instituições financeiras na atração de projetos

O evento facilitou a criação de uma interface entre as instituições financeiras e os governos subnacionais brasileiros. Desta forma, os projetos climáticos apresentados por cada município participante elucidaram suas principais necessidades e de que maneira estas instituições poderiam apoiá-los. A iniciativa apresentou alto valor para os representantes da banca, pois possibilitou uma visualização das principais áreas e a maturação de ações que buscam por financiamento climático no país, além de aprimorar a assertividade na elaboração, por parte das equipes municipais.

Este processo resulta na atração de bons projetos, que já incluem as demandas dos financiadores em seu desenho inicial, o que confere maiores chances de aprofundamento entre ambos os lados e coopera para que suas demandas sejam supridas.

Criação de importantes conexões

Um dos grandes resultados do evento foi a criação de conexões e o networking realizado entre os convidados, de alto valor e qualidade por terem sido realizados de maneira presencial, e não virtual.

Para as instituições presentes, foi de grande relevância poder se conectar com os municípios e conhecer seus projetos, gerando o compartilhamento de experiências e conhecimentos, além da possibilidade de realizar negociações. Adicionalmente, o contato e a conexão com as demais organizações avaliadoras foram também de grande valor para as instituições.

Já as cidades puderam se conectar com as instituições que as interessavam, e compreender as possíveis sinergias de apoio técnico e financeiro para os seus projetos, mesmo que para negociações a longo prazo. Assim como as instituições, as cidades também mencionaram como ponto positivo o compartilhamento de experiências e conhecimentos com as demais cidades presentes.

Algumas conexões geradas evoluíram após o evento, com troca de e-mails e reuniões agendadas entre as partes.

Melhores práticas para elaboração de projetos municipais em busca de financiamento

A partir das apresentações dos municípios durante as Rodadas de Negócios, as instituições presentes forneceram avaliações e insights valiosos para o aprimoramento dos projetos municipais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. As recomendações apresentadas constituem uma importante ferramenta para conduzir a elaboração de projetos com alto potencial de financiamento, podendo ser conferidas a seguir neste relatório, que reúne as **Melhores Práticas para Projetos Municipais**.

Com base nos comentários apresentados pela banca avaliadora, agrupamos as recomendações nas seguintes categorias:

- ▼ 1. Estruturação do projeto: geral
- ▼ 2. Estruturação do projeto: aspectos financeiros
- ▼ 3. Busca por financiamento

Estruturação do projeto: geral

1

Estruturação em fases

Para projetos com alta complexidade, de longo prazo e elevada quantidade de frentes de ações a serem executadas, recomenda-se a sua estruturação em fases. Desta forma o município consegue estruturar suas ações com maiores detalhes e buscar por financiamento a cada etapa. Nestes casos, é essencial que haja uma boa compreensão da interconexão entre cada etapa do projeto para o alcance do objetivo final, especialmente nos projetos que integram um programa maior.

Essa prática pode trazer mais segurança aos financiadores na hora de avaliar um projeto.

2

Atenção aos benefícios

Todos os benefícios diretos e indiretos devem ser mencionados, devidamente justificados e ter indicadores claros, possibilitando a análise do custo-benefício. Para os benefícios diretos, é importante que haja um bom nível de detalhamento.

Outro aspecto a se considerar no momento de categorização dos benefícios é a diferenciação em relação aos benefícios ligados à mitigação e benefícios ligados à adaptação.

No caso de benefícios sociais ou relacionados à justiça climática, como a oferta de empregos verdes e o aumento da segurança para as mulheres, estes podem enriquecer significativamente o projeto, mas é essencial que esteja claro como estes benefícios são medidos e alcançados. É interessante se atentar à possibilidade da adição de benefícios conectados com outras agendas do município, como a melhora da saúde pública, e especialmente à possibilidade de incrementação da solução do projeto com alguma tecnologia adicional que gere maiores benefícios climáticos: no caso de projetos de locomoção urbana através de novos modais de transporte, por exemplo, pode-se estudar a possibilidade do uso de fontes renováveis nas operações e agregar o elemento da transição energética, integrado à mobilidade.

3

Plano de respostas para riscos

É importante que a equipe que desenhe o projeto identifique quais são os principais desafios que poderão ser enfrentados durante a eventual execução e até mesmo operação do projeto. Ao identificar estes riscos, recomenda-se a inclusão de um plano de resposta para enfrentar possíveis dificuldades, especialmente para projetos com altos riscos. Isso permite que o município demonstre que é transparente, capaz de prever e se preparar para tais desafios.

Muitos dos projetos multisetoriais que abarcam soluções integradas de desenvolvimento urbano podem conter altos riscos. Por exemplo, aqueles que envolvem o reassentamento da população, processo desafiador que exige uma boa etapa de negociação, além do tempo e dos recursos necessários para o desenvolvimento das soluções para a adequada realocação dos residentes afetados, como as soluções complexas de engenharia e arquitetura.

4

Delimitação da área geográfica

É importante que a área geográfica na qual o projeto será implementado no município esteja claramente delimitada, assim como principais áreas de impacto, positivo ou negativo.

Caso o projeto abarque questões de justiça socioclimática, estas áreas devem estar destacadas.

5

Dados recentes e confiáveis

Tanto na descrição do problema que o projeto visa solucionar, como na descrição de suas etapas e dos recursos necessários, é essencial que os dados utilizados sejam recentes e as informações venham de fontes confiáveis e atuais. Em projetos de drenagem, por exemplo, é importante utilizar as equações de chuvas adequadas da cidade, de modo a garantir uma análise correta do problema e da solução. Ao realizar o orçamento do projeto, é importante assegurar que os preços envolvidos estejam atualizados, devido ao crescimento intenso da inflação de alguns insumos.

6

Participação cidadã

Recomenda-se, quando coerente, agregar a participação cidadã ao projeto, elemento de valorização que pode resultar no ganho de ativo político com engajamento climático.



Estruturação do projeto: aspectos financeiros

1

Valor de financiamento solicitado

Em relação à elaboração do orçamento, tanto o valor total como o valor solicitado para financiamento devem ser proporcionais ao nível do projeto, mantendo a estimativa de custos realistas para a previsão correta de seu custo-benefício. Adicionalmente, o valor do benefício econômico líquido deve estar devidamente indicado.

2

Payback

Atenção aos resultados e ao Payback: os projetos mais atrativos para os financiadores são aqueles com payback positivo, ou seja, um projeto que trará retorno financeiro positivo no menor tempo possível. Portanto, em projetos com payback mais longo, é recomendável que o município busque alternativas para diminuí-lo, através de um trabalho de mapeamento para redução de custos. Além do tempo de retorno, o valor do resultado gerado deve compensar o valor investido para o projeto ser considerado atrativo.

3

Capacidade de Pagamento (Capag)

Atenção ao Capag: apesar de algumas instituições buscarem alcançar municípios menores e com capag menos atrativo, o capag ainda é um dos principais critérios analisados, que costuma gerar receio quando a nota é C. Organismos multilaterais, por exemplo, apenas trabalham com capag A e B. Deste modo, é importante que o município demonstre no plano do projeto uma boa orientação para o pagamento de contas. No caso de municípios com capag C, é importante que a governança busque elevar o capag, e solicite a verificação da nota.

4

Sustentabilidade econômica

É importante que o projeto demonstre sustentabilidade econômica, ou seja, que ele traga resultados econômicos positivos no longo prazo. Por exemplo em projetos de mobilidade urbana é importante analisar se o modelo tarifário é capaz de trazer essa sustentabilidade, já que os meios de transporte apresentam como um de seus desafios a alta demanda em horários específicos, o que pode gerar uma escassez na entrada de recursos devido aos períodos de baixa demanda.

5

Alinhamento com a economia local

O investidor valoriza os elementos de um projeto com valor de mercado já reconhecido. Deste modo, é recomendável que o projeto municipal esteja alinhado com mecanismos já existentes no estado, de modo a catalisar o polo econômico da região.

6

Programas sociais

Outra solução interessante para deixar o projeto mais atrativo é a menção a programas sociais. Em projetos que envolvem o reassentamento de famílias, por exemplo, um dos pilares pode ser o cadastro municipal destas, facilitando a contemplação deste benefício. Deste modo, além do suporte à gestão dos recursos financeiros utilizados no processo de reassentamento, a relação com programas sociais também torna o projeto mais contemplativo com as demais ODS.

Busca por financiamento

1

Cooperação com organizações de modelagem de projetos

Uma das principais recomendações para municípios que demandam financiamento para projetos climáticos é a busca por acordos de cooperação na agenda urbana com institutos e organizações que trabalham com desenvolvimento e modelagem de projetos.

2

Financiamento parcial por contratos de performance e conformidade

Uma opção de financiamento para projetos municipais é a busca por financiamento parcial por instituições privadas através de contratos de performance e conformidade. Esta recomendação pode ser especialmente útil em áreas do projeto com maior risco ou urgência.

3

Financiamento climático + linhas de crédito tradicionais

Uma opção interessante a se considerar é a combinação das soluções verdes do projeto com outras soluções de infraestrutura cinza, de modo que o projeto possa usufruir de investimentos e linhas de crédito tradicionais já previstos no plano diretor da cidade, complementarmente ao financiamento climático.

4

Parcerias com iniciativas privadas

Outra solução parcial de financiamento é a atribuição de partes do projeto à iniciativa privada. Em projetos que envolvem a construção de parques, por exemplo, a operação e manutenção destes podem ser atribuídas às instituições privadas, como forma de incentivo fiscal. Outro formato de parceria com a iniciativa privada é o apoio a cooperativas oferecido pelas prefeituras, como em projetos de coleta seletiva de resíduos recicláveis, em que são ampliados os investimentos nas cooperativas de reciclagem.

5

Financiamento prévio

No caso de projetos que envolvam outros parceiros e financiamentos já existentes, é necessário que a participação destes seja descrita com detalhes e de maneira clara. Também é interessante mencionar os casos em que os projetos estejam relacionados com iniciativas prévias auxiliadas por instituições financeiras, como por exemplo um plano diretor apoiado por uma instituição.

6

Contexto político

O contexto político do país e da cidade influencia a busca por financiamento do projeto: durante períodos eleitorais, por exemplo, projetos têm maior propensão a serem paralisados, instabilidade e incerteza que podem dificultar a oferta de financiamento. Um momento político desfavorável pode incluir mudanças de gestão, o que pode afastar investidores pela falta de garantia de continuidade do contrato. Já outros acontecimentos favoráveis podem resultar no efeito inverso: em projetos de gestão hídrica, por exemplo, o momento de revisão das políticas de mananciais pode favorecer o aparecimento de ofertas de financiamento.

Estudo de caso: Porto Alegre

O caso de Porto Alegre é um excelente exemplo de como iniciativas como esta podem agregar positivamente aos projetos municipais. A cidade faz parte do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia desde 2015, e reporta seus dados na plataforma CDP-ICLEI Track desde 2013.

Em 2021, Porto Alegre fora convidada para participar de um evento sobre financiamento climático organizado pelo CDP, com a oportunidade de apresentar um projeto climático de mitigação e adaptação que buscasse por investimento externo para execução. O projeto foi apresentado a uma banca potencializadora composta por diversas instituições financeiras com expertise no financiamento de ações municipais. Este evento resultou em comentários para que o projeto pudesse ficar mais robusto antes de ser financiado.

Em 2023, para a Rodada de Negócios do ClimAction, a cidade pôde apresentar o mesmo projeto com um nível de maturidade muito maior, já com as mudanças recomendadas durante o evento anterior. Porto Alegre ganhou ainda mais notoriedade com as atualizações realizadas, além de receber uma nova avaliação, que permitiu comentários mais específicos para o aperfeiçoamento do seu projeto, aumentando as chances de receber ofertas de financiamento e conseguir parceiros para a execução de seu piloto. Após a Rodada de Negócios, a cidade agendou reuniões com duas instituições presentes no evento.

Assim, pode-se destacar o rico valor de eventos desse tipo, já que possibilitam o desenvolvimento de projetos climáticos municipais, que já carregam a visão de instituições financiadoras. Aumentando as chances de que saiam eventualmente do papel.





Considerações finais

A partir da Rodada de Negócios para Cidades e de seus desdobramentos, é possível afirmar que há diversas oportunidades para a execução de projetos climáticos municipais, assim como as cidades possuem um enorme potencial de serem protagonistas no combate às mudanças climáticas no Brasil.

Muitas instituições financeiras estão com foco crescente em ação climática, e dispostas a auxiliarem as cidades com informações de como os projetos municipais podem adequar-se cada vez mais aos seus parâmetros, elevando os acordos entre estas. As cidades já apresentam bons projetos, que com alguns ajustes, são capazes de elevar ainda mais o seu potencial de conquistar propostas de financiamento.

A partir das recomendações presentes neste documento, estamos confiantes de que as cidades poderão elevar significativamente a maturidade de suas iniciativas, e consequentemente a possibilidade de colocá-las em prática.

A participação em eventos como este representa uma excelente oportunidade para as cidades que se dedicam ao reporte de seus dados climáticos e ambientais pelo CDP-ICLEI Track, já que são ocasiões em que os municípios podem impulsionar seus projetos reportados na plataforma. Da mesma forma, é essencial incentivar as cidades a participarem de projetos globais com uma perspectiva local, como o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia. O GCoM tem a missão de conectar as cidades às oportunidades de financiamento climático. Nossas equipes seguirão trabalhando para que a rede de cidades que fazem parte do GCoM e que reportam ao CDP possam alcançar cada vez mais significativas visibilidades nacional e internacional, destacando-se como atores importantes na construção de uma economia verdadeiramente sustentável.



**Financiado pela
União Europeia**



Coordenação e elaboração

CDP Latin America

Rebeca Lima

Diretora Executiva

Miriam Garcia

Diretora Associada de Engajamento Político

Maria Clara Nascimento

Lead de Cidades, Estados e Regiões
na América Latina

Guilherme Ponce

Analista de Cidades, Estados e Regiões

Renata Bueno

Assistente de Cidades, Estados e Regiões

Ana Paula Zilig

Coordenadora de Projetos

Suzana Silva

Analista de Projetos

Fernanda Kiataqui

Analista Jr. de Comunicação

Matheus Mauricio

Designer Gráfico

GCoM

Hélinah Cardoso Moreira

Diretora Regional

Belén Jiménez

Consultora Técnica

Sobre o CDP

O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que administra um sistema mundial de divulgação ambiental para empresas, cidades, estados e regiões. Fundado em 2000 e trabalhando com mais de 740 instituições financeiras que abrangem mais de US\$ 136 trilhões em ativos, o CDP foi pioneiro no uso de mercados de capitais e compras corporativas para motivar as empresas a divulgar seus impactos ambientais, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, gerenciar os recursos hídricos e proteger as florestas. Mais de 24.000 organizações em todo o mundo divulgaram dados por meio do CDP em 2023, com mais de 23.000 empresas – incluindo listadas que valem dois terços da capitalização de mercado global – e mais de 1.100 cidades, estados e regiões. Totalmente alinhado à TCFD, o CDP detém o maior banco de dados ambientais do mundo e as pontuações do CDP são amplamente utilizadas para impulsionar decisões de investimento e aquisição para uma economia de carbono zero, sustentável e resiliente. O CDP é membro fundador da iniciativa Science Based Targets, We Mean Business Coalition, The Investor Agenda e da iniciativa Net Zero Asset Managers. Visite <https://la-pt.cdp.net/> ou siga-nos @CDPLatinAmerica.

Sobre o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM)

O Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia é a maior aliança global de prefeitos e autoridades locais, com mais de 12.800 pessoas envolvidas em mais de 144 países ao redor do mundo. Na América Latina já existem mais de 600 cidades unidas no compromisso na luta contra as alterações climáticas. O compromisso com o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia significa um compromisso não só de tomar medidas locais ousadas, mas também de trabalhar lado a lado com parceiros em todo o mundo para compartilhar soluções inovadoras que permitem aos prefeitos fazer mais e mais rápido. As cidades do Pacto Global e os governos locais conectam-se e trocam, aprendem e compartilham um com o outro.

O Pacto de Prefeitos foi lançado em 2014 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e pelo Enviado Especial para as Cidades e Alterações Climáticas, Michel R. Bloomberg. A coligação foi ativado sob a liderança de redes globais de cidades: C40 Large Cities Climate Leadership Group (C40), Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) e a Rede Global de Cidades Unidas e Governos Locais (UCLG), e com o apoio da ONU -Habitat.